

Das lutas anticoloniais e anti-imperialistas às visões essencialistas e viradas epistemológicas

From anti-colonial and anti-imperialist struggles towards essentialist visions and epistemological turns

Andrés Giovanni Contreras Díaz* 

RESUMO

A presente resenha expõe dois argumentos centrais de Kevin Ochieng em seu livro *África Vermelha*. Primeiro, a importância dos processos políticos e sociais anti-imperialistas que, a partir da metade do século XX, articularam o radicalismo negro, o pan-africanismo e o marxismo, identificando o imperialismo como seu principal inimigo. Segundo, as inconsistências e contradições teóricas do Afropessimismo 2.0 e dos estudos decoloniais, enquanto expressões que promovem a conciliação e a retirada das lutas sociais. Desse modo, resgatar a política revolucionária negra de base marxista torna-se uma urgência para preparar as batalhas do nosso tempo.

Palavras-chave: Anti-imperialismo; Anticolonialismo; decolonial; Afropessimismo 2.0

ABSTRACT

This review presents two central arguments from Kevin Ochieng's book, *Red Africa*. First, it discusses the importance of the anti-imperialist political and social processes that, from the mid-twentieth century, articulated Black radicalism, Pan-Africanism, and Marxism, identifying imperialism as their main enemy. Second, it examines the theoretical inconsistencies and contradictions of Afropessimism 2.0 and decolonial studies, as expressions that promote conciliation and withdrawal from social struggles. Thus, reclaiming a Marxist-based Black revolutionary politics becomes an urgent task to prepare for the battles of our time.

Keywords: Anti-imperialism; Anticolonialism; Decolonial; Afropessimism 2.0

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2026.96302>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
E-mail: andres94cd@hotmail.com.

Como citar: DIAZA, A. G. C. Das lutas anticoloniais e anti-imperialistas às visões essencialistas e viradas epistemológicas. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 61, pp. 235-239, jan./abr. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2026.96302>

Recebido em 25 de outubro de 2025.

Aprovado para publicação em 05 de dezembro de 2025.

Responsável pela aprovação final:
Silene de Moraes Freire



© 2026 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Em seu livro *África Vermelha*, Kevin Ochieng Okoth contribui de forma criativa e consistente para resgatar uma tradição de pensamento marxista que articulou o anticolonialismo e o anti-imperialismo para potencializar as lutas de libertação nacional africana, forjando solidariedades e internacionalismo no Terceiro Mundo. Além disso, expõe as inconsistências de diversas correntes teóricas e políticas que abordam de forma essencialista e idealista as lutas antirracistas, ao distanciá-las de seu enfrentamento com o capitalismo. Longe de se circunscrever aos fins impostos pela Universidade neoliberal, o texto contribui para que as lutas sociais reflitam sobre como seria hoje um projeto anti-imperialista.

Ochieng é um jovem escritor e pesquisador radicado em Londres, especializado na história do marxismo africano e que participa regularmente de conferências resgatando a tradição anti-imperialista e os movimentos anticoloniais do século XX. É integrante do conselho editorial da revista *Salvage*, uma das principais publicações da esquerda britânica, e colabora regularmente com a *London Review of Books*.

O triunfo do neoliberalismo implicou uma ofensiva do capital em todas as frentes: econômica, política, ideológica e militar. Em contraste com o período do pós-guerra, que viu emergir o espírito de Bandung, responsável pelo surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados e pela posterior Conferência Tricontinental, este último constituiu um momento de internacionalismo e solidariedade que articulou lutas anticoloniais, anti-imperialistas e de libertação nacional entre os povos da África, Ásia e América Latina. Ochieng nos lembra que esse impulso não apenas consolidou a ideia do Terceiro Mundo, mas também fortaleceu o pan-africanismo, vinculando de maneira indissociável o antirracismo às lutas descolonizadoras e gerando agendas compartilhadas em torno dos nacionalismos anticoloniais.

No entanto, os processos políticos e sociais anti-imperialistas que articularam o radicalismo negro, o pan-africanismo e o marxismo a partir da metade do século XX enfrentaram o poder duro do imperialismo; suas derrotas não ocorreram porque estivessem epistemológica, cultural ou simbolicamente dentro dos cânones do pensamento eurocêntrico. Foram golpes militares, assassinatos e a desestruturação de organizações rebeldes que permitiram abrir caminho para que os países africanos ficassem circunscritos aos ditames do capital.

O assassinato de Patrice Lumumba em 1961, orquestrado pela CIA e pelo governo belga; o golpe militar patrocinado pela CIA em 1966 contra Kwame Nkrumah em Gana; ou a violenta repressão e os assassinatos de vários integrantes dos Panteras Negras nos Estados Unidos, entre outros, fizeram parte da preparação do terreno a sangue e fogo para a instauração de uma nova etapa do imperialismo. Uma etapa na qual, após aplicar o poder duro, o poder brando (*soft power*) entrou em ação, promovendo guinadas teóricas, cooperações e moderações que contribuíram para legitimar a nova desordem mundial.

Ao contrário das diversas modas, que emergiriam posteriormente naquele campo, convidando a abandonar o marxismo para pensar a partir da “periferia epistemológica” sem considerar o imperialismo, o colonialismo e a questão nacional, Ochieng não faz concessões e desarticula a ideia de que Marx e o marxismo são eurocêntricos. Para isso, recupera uma tradição de marxistas negros que coloca no centro do debate o fato de que o racismo não é algo *a priori* na humanidade, mas sim parte fundamental e estruturante da lógica de acumulação capitalista.

Longe de essencializar a questão racial, o autor argumenta que, se os povos negros são explorados e oprimidos pelos capitalistas e seus aparatos, isso não é uma condição intrínseca que os condene inevitavelmente a esse destino. A exploração racializada da força de trabalho ocorre, na verdade, porque a ideia de superioridade racial foi constituída precisamente para justificar a dominação, a exploração e o genocídio de pessoas não brancas (ou seja, não europeias). Por conseguinte, o capitalismo e a opressão racial devem ser combatidos de forma simultânea.

O imperialismo, não satisfeito com a extinção dos projetos terceiro-mundistas que contestaram sua dominação nos anos de 1960 e 1970, reformulou o discurso sobre a descolonização, deslocando a crítica do cerne da acumulação capitalista. A esse respeito, “basta considerarmos os debates contemporâneos sobre a descolonização de museus, galerias de arte e universidades para termos uma noção de como o campo da ‘descolonização’ deslocou a ênfase da crítica da economia política para a questão mais abstrata da descolonização do(s) saber(es)” (Ochieng, 2025, p. 35).

A problematização que o autor realiza das correntes teóricas que contribuíram para o retrocesso do radicalismo negro, produto da frustração, bem como das guinadas epistemológicas que aprisionam e apagam a tradição rebelde da *África Vermelha*, encontra sua expressão no Afropessimismo 2.0 (AP 2.0) e nos estudos decoloniais. Por um lado, Ochieng questiona o AP 2.0, enquanto corrente teórica surgida de um sentimento de desespero generalizado. Se a origem desse sentimento estava no fato de que pouco ou quase nada havia mudado para a população negra desde que o movimento pelos direitos civis marcou um ponto de inflexão na história dos Estados Unidos, o certo é que, diante da persistência da violência estatal e da discriminação em instituições legais, educativas, culturais, científicas e médicas, o AP 2.0 reagiu com um chamado à retirada e à não revolta.

Para o Afropessimismo 2.0, o racismo antinegro não é histórico, mas uma estrutura relacional permanente, que define a “negritude” como uma ausência ontológica: o negro é um “morto-vivo” excluído permanentemente do humano e do político. Esta visão essencialista postula uma divisão radical entre duas classes ontológicas: o Humano e o Negro-escravizado, o que leva à afirmação de que as lutas das pessoas negras são qualitativamente diferentes das de outros povos oprimidos, uma análise desvinculada dos fundamentos da lógica capitalista.

A esse respeito, Frank B. Wilderson III, expoente do Afropessimismo (AP 2.0) que transitou de um radicalismo nos anos 1990 para a moderação em meados dos anos 2000, sustentava que a condição da população negra não era caracterizada pela opressão ou exploração, mas por uma distinção entre humano e escravizado. Problematicando esse essencialismo, Ochieng mostra como Wilderson equivocadamente argumentava que “não podemos falar de nenhuma experiência de opressão sem referência às disparidades ontológicas entre as pessoas negras e as não negras” (2025, p. 58). Dessa premissa “radical”, ele conclui que não existe qualquer possibilidade de encontro, resistência ou luta social entre povos negros e pessoas não negras, porque os fundamentos do discurso político são inerentemente antinegros. Aprofundando nessa irracionalidade, Wilderson acreditava que entre palestinos e pessoas negras não poderiam existir laços de solidariedade, uma vez que o povo palestino carregaria uma antinegitude como parte de seu “inconsciente”. Como problematiza o autor, ainda que o AP 2.0 possa parecer um discurso de nicho, é sua antipolítica do desespero e da resignação que repercute tanto fora quanto dentro dos claustros universitários.

Por outro lado, Ochieng direciona também sua crítica para os estudos decoloniais. Reconhecendo que abrangem diferentes vertentes, chama a atenção para a reelaboração que essas correntes realizam do conceito de “descolonização”, deslocando-o das lutas anticoloniais para uma questão puramente acadêmica e intelectual, como é o caso do intelectual argentino Walter Dignolo. Para o autor, existe uma tensão entre os objetivos emancipatórios aos quais os estudos decoloniais pretendem se inscrever e a estrutura teórica que propõem.

Os estudos decoloniais propõem uma ruptura com o eurocentrismo mediante uma “pluriversalidade epistêmica”. Contudo, Ochieng problematiza um paradoxo central para o anti-imperialismo: por que a linha de frente desta descolonização se situa nas universidades do Norte Global, que monopolizam os recursos? Esta contradição evidencia o custo de acessar o consenso acadêmico estadunidense, ilustrado pela estratégia de Walter Dignolo, que admitia escrever em inglês para maior alcance. O paradoxo radicaliza-se ao constatar que o pensamento marxista, acusado de eurocentrismo, foi historicamente o que formulou a crítica mais contundente à sociabilidade do capital.

Para os estudos decoloniais, se os movimentos de libertação nacional do período de Bandung fracassaram, não foi pela operação a sangue e fogo do imperialismo, mas porque estavam simplesmente “tentando lutar contra a colonialidade em seus próprios termos (aqueles do Estado-nação), não desafiando, portanto, o ‘império epistêmico’ que o colonialismo criou” (Ochieng, 2025, p. 41). Dessa forma, o terreno no qual atua o campo decolonial acaba circunscrito ao nível epistêmico; qualquer expressão de nacionalismo anticolonial e anti-imperialista fica excluída de seu acervo, e os conflitos que surgem para os decoloniais ficam inscritos na necessidade restrita de uma guinada epistemológica.

Para concluir, evidenciamos que, nas últimas décadas, diferentes correntes teóricas têm sustentado de maneira recorrente que o marxismo é eurocêntrico, desconhece ou minimiza a opressão racial, e que suas reflexões e experiências não são úteis para os países do Sul Global. No entanto, não foram o liberalismo, os estudos pós-coloniais, o afropessimismo ou os estudos decoloniais que construíram o arsenal teórico e estratégico para combater o colonialismo, o imperialismo e o racismo. Quem o fez foram os socialistas e comunistas africanos, afro-americanos e caribenhos que, a partir do pensamento marxista, compreenderam que a relação entre capitalismo e racismo é central na exploração da classe trabalhadora, sendo o imperialismo o inimigo a ser vencido. Neste marco, a tradição rebelde do marxismo encarnada por Walter Rodney, Amílcar Cabral, Andrée Blouin, Agostinho Neto, Maryse Condé, Frantz Fanon e Eduardo Mondlane, entre outros, constitui um insumo necessário para a potência plebeia contra o imperialismo no século XXI. É essa reflexão que a *África Vermelha* nos convoca, no sentido de buscarmos à crítica radical e o bom combate!

Referência

OCHIENG, K. *África Vermelha*: resgatando a política negra revolucionária. São Paulo: Boitempo, 2025.